



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

www.mppe.mp.br - tel (81) 3182.7000

Procuradoria Geral de Justiça

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Infância e Juventude

Av Suassuna, 99, Edf. Paulo Cavalcanti - Bairro Boa Vista, CEP 50.050-540, Recife / PE. / Fone: (81) 99240-1365.

Caso responda esse ofício, indicar expressamente o número do processo SEI MPPE.

SEI MPPE NUP: 19.20.0137.0019301/2024-60 **DOCUMENTO:** 0998975

OFÍCIO Nº 64/2024 - PGJ/GABPGJ/CAOIJ

Recife, 06 de agosto de 2024.

Exmos. Promotores e Exmas. Promotoras de Justiça,

Com nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos, para vosso conhecimento e providências, o **Ofício-Circular nº 57/2024/CIJE**, oriundo do Conselho Nacional do Ministério Público, que trata da importância da **atuação ministerial para regularização dos Fundos Municipais da Infância e Adolescência (FIA)**. Como indicado no documento, em Pernambuco apenas 52 fundos municipais encontram-se totalmente regulares.

Sobre o assunto, lembramos que este Centro de Apoio Operacional já enviou às Promotorias de Justiça informações e materiais de apoio, que podem ser úteis na atuação para regularização dos fundos (Cf. Ofício nº 10/2024 - Ciranda de Notícias 07/2024, de 04/03/2024), tendo também articulado com o Conselho Regional de Contabilidade e AMUPE o apoio para sensibilização dos gestores. Por oportuno, registramos que o MPPE e a Receita Federal do Brasil assinaram Acordo de Cooperação Técnica (nº 006/2023) para compartilhamento das informações acerca das pendências detectadas, cujo relatório relativo aos fundos pernambucanos segue também anexo.

A irregularidade ou inexistência dos fundos impede que pessoas físicas ou jurídicas possam fazer destinações de seus impostos ao FIA, além de prejudicar a destinação de recursos públicos à causa da infância e adolescência, que, em tese, deveria possuir prioridade absoluta.

Para facilitar o processo de regularização, o Governo Federal disponibilizou um passo-a-passo, inclusive com contato telefônico e de e-mail para eventuais dúvidas, que podem ser acessados em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cadastramento-de-fundos4>.

A CIJE/CNMP também publicou, nessa mesma linha, o documento "Orientações sobre Orçamento e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente", criado para orientar os membros do Ministério Público no tocante ao tema, disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/CIJ/2020/Orienta%C3%A7%C3%B5es_sobre_or%C3%A7amento_e_fundos.pdf

A lista com os municípios cujos fundos estão irregulares, atualizada mensalmente, pode ser encontrada em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojNWQ2MwY0N2EtYzQ4Zi00Yzg1LWlwZWItYzIxMzRiOGlyYmVjIiwidCI6ImZiYTViMTc4LTNhZjEtNDQyMC05NjZiLWJmNTE2M2U2YjFk>

Por fim, registramos que diversos modelos para a atuação ministerial estão disponíveis no Drive Compartilhado CAOP INFÂNCIA > INSTRUMENTOS JURÍDICOS > FUNDOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA (<https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1Zm8KCKFKiACSY3q3njxNtycJPLLEBrXHn>).

Permanecemos à disposição para o apoio que se fizer necessário.

Atenciosamente,

Aline Arroxelas Galvão de Lima
Promotora de Justiça
Coordenadora do CAO-IJ



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ARROXELAS GALVÃO DE LIMA**, Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa da Infância e Juventude, em 06/08/2024, às 11:22, conforme art. 2º, I, "b", da Resolução PGJ 011/2018, publicada no Diário Oficial Eletrônico do MPPE, de 07/06/2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://mppe.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando-se o código verificador **0998975** e o código CRC **0E01BB81**.